



CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ
ESTADO DE SÃO PAULO

| | | |
|--|---|--|
| Identificação da Norma LEI N° 2345/1979 | | |
| Ementa ISENTA DOS IMPOSTOS PREDIAL E TERRITORIAL URBANOS O CONTRIBUINTE PORTADOR DE HANSENÍASE. | | |
| Data da Norma 11/05/1979 | Data de Publicação 17/05/1979 | Veículo de Publicação Imprensa Oficial do Município- |
| Matéria Legislativa <u>Projeto de Lei nº 3319/1979</u> - Autoria: Prefeito Municipal | | |
| Status de Vigência Em vigor | | |
| Observações FINANÇAS - impostos - isenções Autor: PEDRO FÁVARO (PREFEITO MUNICIPAL) | | |
| Histórico de Alterações | | |
| Data da Norma | Norma Relacionada | Efeito da Norma Relacionada |
| 26/11/1980 | <u>Lei nº 2441/1980</u> | Alterada por |
| 10/12/1984 | <u>Lei nº 2780/1984</u> | |



LEI Nº 2345 DE 11 DE MAIO DE 1979

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ, de acordo com o que de-
cretou a Câmara Municipal em Sessão Ordinária realizada no dia
08 de maio de 1979, PROMULGA a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica concedida isenção dos impostos predial e
territorial urbanos, incidentes sobre imóveis de propriedade de
pessoas portadoras de hanseníase, mediante as seguintes condi-
ções:

- I - O imóvel deve possuir edificação destinada a habitação,
não podendo esta possuir mais de 120m² (cento e vin-
te metros quadrados) de área construída;
- II - A área de terreno não poderá ser superior a 300m² (tre-
zentos metros quadrados);
- III - O proprietário deve residir no imóvel beneficiado com
a isenção, salvo se estiver internado para tratamento-
de sua saúde;
- IV - O interessado não pode ser proprietário de mais de um
imóvel no Município.

Artigo 2º - Para ser concedida a isenção de que trata o
artigo primeiro, deverá o interessado requerê-la até o dia 31
de dezembro de cada exercício, para ter validade no exercício -
subsequente, juntando os seguintes documentos:

- I - Atestado médico comprobatório de que é portador da mo-
léstia mencionada no artigo primeiro;
- II - Cópia do título de propriedade do imóvel;
- III - Cópia da notificação-recibo dos impostos predial e ter-
ritorial urbanos, relativa ao exercício em que se for-
mula o pedido de isenção.



(Lei 2345/79)

- fls. 2 -

Artigo 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.


(PEDRO FAVARO)

Prefeito Municipal

Publicada e registrada na Secretaria de Negócios Internos e Jurídicos da Prefeitura do Município de Jundiá, aos onze dias do mês de maio de mil novecentos e setenta e nove.


(RENÉ FERRARI)

Respondendo pela SNIJ

amst.